



ACÇÃO SOCIALISTA

Orçamento do Estado 2012

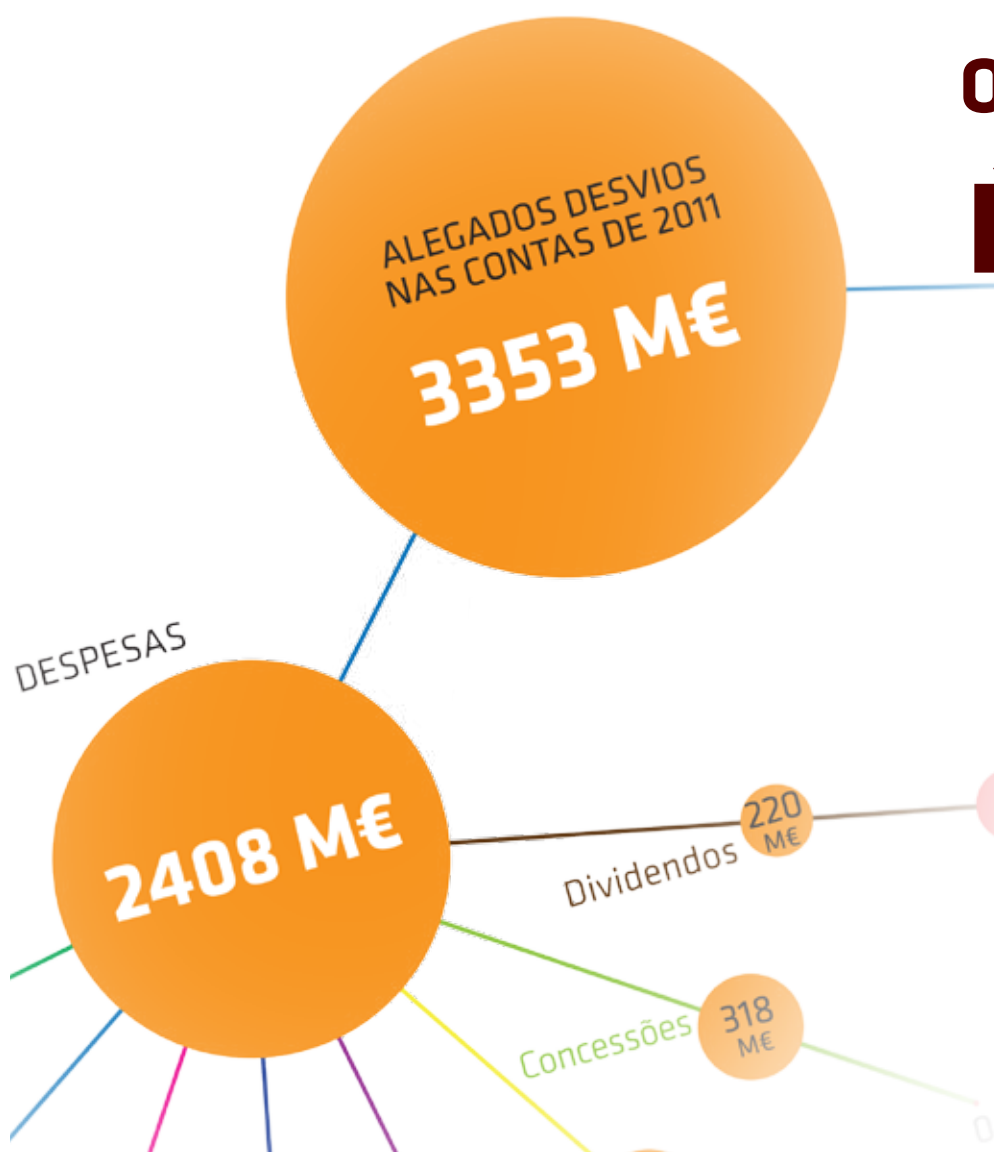
Há Outro Caminho!

Subscriva e divulgue.

//PÁG. 7

A MARGEM ORÇAMENTAL EXISTE. É DE 1421 M€

CONHEÇA OS NÚMEROS!



O PS fez as contas e concluiu que existe margem para poupar os funcionários públicos à perda de um dos subsídios em 2012.

Fica provado que o OE do Governo de direita é incompreensivelmente cauteloso, tomando como despesa cativações de 1000 milhões de euros, quando está provado que deste fundo não é gasta nem metade da verba.

// PÁGS. 8 E 9

ENCONTRO COM A TROIKA

PS defende mais crédito para empresas e Orçamento mais equitativo

O PS defendeu junto da troika "ajustamentos" no programa de ajuda externa, que passem, sobretudo, pelo maior acesso das empresas ao crédito e a necessidade de o Orçamento de Estado ser mais equitativo na distribuição dos sacrifícios pelos portugueses.

//PÁG. 3

MODERNIZAÇÃO DO

A SUA OPINIÃO CONTA. PARTICIPE!

PS
contributosmodernizacao@ps.pt



A ESCALDAR Há vida para além da austeridade

As propostas de alteração ao OE-2012 apresentadas pelo PS permitiriam a devolução de um salário/pensão/reforma aos trabalhadores/pensionistas/reformados do sector público e a manutenção da taxa de IVA aplicada à restauração, bens culturais e alimentação infantil. O PS prova que há mais vida para além da “fé cega na austeridade” por parte deste Governo. Há Outro Caminho.

QUENTE

Paciência dos portugueses começa a faltar...

A nova greve conjunta das duas centrais sindicais e a massiva adesão dos trabalhadores são a prova de que a paciência dos portugueses, em especial dos trabalhadores, pensionistas e jovens convidados a emigrar, está a esgotar-se. Começa a haver uma percepção generalizada de que a austeridade cega e sem políticas de crescimento podem matar o doente da cura e ainda de que os sacrifícios pedidos não são para todos. Não se vê luz ao fundo do túnel. Com este Governo, o tempo é de sombras.



FRIO

Passos súbdito de Merkel

A submissão do primeiro-ministro de Portugal, Pedro Passos Coelho, à chanceler alemã, Angela Merkel, chega a ser confrangedora, humilhante mesmo!

É cúmplice da falta de visão sobre o futuro da União Europeia da direita e da agenda de destruição do ideal europeu de Merkel e do seu seguidor Sarkozy apenas obcecados com a inflação e o défice.

Um dos grandes problemas do Velho Continente é realmente o défice, mas o défice de visão, défice de projecto, défice de participação dos povos europeus, défice de políticos com carisma e sentido de Missão e Dever.

GELADO

Silêncio e falta de vergonha

O caso BPN e a gestão danosa de Jardim na Madeira, com impactos significativos nos sacrifícios impostos aos portugueses, passam ao lado da direita, desde os governantes, dirigentes do PSD e CDS/PP, até aos analistas políticos próximos da maioria, sempre prontos a elogiar as virtudes da “mão invisível” e a zurzir na alegada ineficiência económica de tudo o que é público. “No pasa nada!”

Perante a gestão danosa do BPN e os desmandos de Jardim, o silêncio é ensurdecedor mas a falta de vergonha é muita!



As mulheres são capazes

Com vista a habilitar formadoras para a disseminação da formação política no feminino em todo o país, o Departamento Nacional de Mulheres Socialistas (DNMS) promoveu recentemente, na sede nacional do PS, em Lisboa, uma acção de formação subordinada ao tema “Capacitação das Mulheres na Política – As Mulheres São Capazes”. A presidente do DNMS, Catarina Marcelino, salienta a importância desta formação enquanto acção estratégica para desenvolver competências políticas de modo a garantir que nas eleições autárquicas de 2013 estejam devidamente assegurados, em todo Portugal, quer o cumprimento da Lei da Paridade, quer a qualidade da participação e dos programas autárquicos.



Nesta primeira acção, o programa de formação inspirou-se nas metodologias “Women Can Do It” desenvolvidas pelas mulheres dos partidos congéneres do Norte da Europa, prevendo-se a realização de acções semelhantes por todo o país a partir do início de 2012. Na sessão de abertura da formação de Lisboa na qual participaram 30 camaradas de 16 federações, o secretário nacional Miguel Laranjeiro esteve presente em representação do secretário-geral do PS e a deputada Sónia Fertuzinhos participou na introdução de um dos módulos.

MIRANDA CALHA ELEITO VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA NATO



O camarada Miranda Calha foi eleito vice-presidente da Assembleia Parlamentar da NATO na última reunião de Bucareste. Para Miranda Calha, “esta eleição é uma honra para Portugal”. A referida Assembleia Parlamentar integra deputados de todos os países que fazem parte da Aliança Atlântica, acompanha as actividades da NATO, em particular as que se relacionam com missões e operações.

O “ACÇÃO SOCIALISTA” ERROU



No suplemento com os novos órgãos nacionais encartado na edição de Outubro do “Acção Socialista”, o nome de Luís Capoulas Santos na listagem relativa à mesa da Comissão Política Nacional, deveria ter constado como “Vice-presidente”. Ao visado e aos nossos leitores, as nossas desculpas pelo lapso.

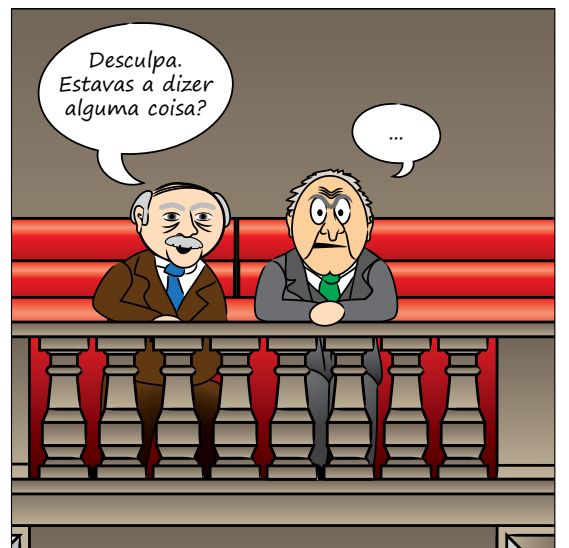
ACÇÃO SOCIALISTA HÁ 30 ANOS



19 DE NOVEMBRO DE 1981

A História repete-se. Na edição de 19 de Novembro de 1981, o “Acção Socialista” titulava na 1ª página “Vem aí o Orçamento AD da miséria. Nunca o país esteve tão mal”. Trinta anos depois Passos e Portas repetem a receita em dose reforçada. O órgão oficial do PS publicava ainda na íntegra um notável discurso proferido pelo camarada Raul Rego, em Seia, durante a inauguração da estátua do “grande estadista republicano” Afonso Costa.

Os Jarretas em Fruta fresca





ENCONTRO COM A TROIKA

PS defende mais crédito para empresas e Orçamento mais equitativo

O PS defendeu junto da troika “ajustamentos” no programa de ajuda externa, que passem, sobretudo, pelo maior acesso das empresas ao crédito e a necessidade de o Orçamento de Estado ser mais equitativo na distribuição dos sacrifícios pelos portugueses.

Estas posições foram transmitidas pelo dirigente socialista Eurico Brilhante Dias, no final de uma reunião de hora e meia, na semana passada, na sede nacional do Largo do Rato, de uma delegação do PS chefiada pelo secretário-geral, António José Seguro, com os membros da troika Poul Thomsen (FMI) Jürgen Kröger (Comissão Europeia) Rasmus Ruffer (BCE).

Numa declaração feita aos jornalistas após o encontro, Eurico Brilhante Dias disse que a direcção do PS reafirmou junto dos representantes da troika o seu compromisso em relação ao cumprimento do memorando, mas defendeu a necessidade de se ajustar o programa, em particular porque as suas

condições de execução se têm vindo progressivamente a alterar. O dirigente do PS disse que “o acesso de Portugal aos mercados financeiros, no quadro europeu e internacional, parece cada vez mais complicado num curtíssimo prazo” e, depois, no que respeita às reformas estruturais, “os resultados não podem ter um carácter imediato”. Perante este cenário, o

O OE para 2012 revela desequilíbrios no que respeita à distribuição de sacrifícios

membro do Secretariado Nacional do PS defendeu que “há uma necessidade de atacar no curto prazo algumas das necessidades sentidas pelas empresas portuguesas, designadamente em termos de acesso ao crédito, tendo em vista a existência de capital circulante para exportar”.

E teceu ainda críticas à proposta do Governo de Orçamento do Estado para 2012, que, reiterou, “revela desequilíbrios no que respeita à distribuição de sacrifícios”. E acrescentou: “O PS expressou de forma clara que pretende que o Orçamento reflecta depois do debate na especialidade uma maior equidade na distribuição dos sacrifícios pedidos aos portugueses”. • JCCB

“Nos tempos de hoje o falhanço do Governo não é a sorte do maior partido da oposição, mas a desgraça de todos e a miséria de muitos milhares de portugueses”



Marcos Sá
marcos.sa@ps.pt

EDITORIAL NÃO APAGUEM A MEMÓRIA!

No passado domingo fui com a minha família visitar uma excelente exposição, “Aljube – a voz das vítimas”, e quero partilhar com todos os socialistas o que lá senti.

É verdade que nesse dia tinha uma tarefa difícil: dizer ao meu filho Pedro, com apenas cinco anos, que os polícias nem sempre prenderam os “maus”, mas que no tempo do Salazar, se dedicavam a prender quem dizia em Portugal o que pensava.

Aí dei-lhe a conhecer, pela primeira vez, que o bisavô tinha sido preso sete vezes nos calabouços da PIDE no Porto, não por ser mau, mas porque pensava pela sua cabeça e por ter dedicado grande parte da sua vida a defender a liberdade. Aproveitei para lhe dizer que também foi obrigado a exilar-se em Paris durante vários anos porque o tinham proibido de trabalhar em Portugal, e que só o fez porque tinha a responsabilidade de criar três filhos. Reconheço que tive dificuldade em explicar-lhe o que era um “bufo” e a melhor forma que arranjei foi dizer-lhe que são pessoas muito similares aos corruptos de hoje. Quase ninguém sabe quem são, têm a particularidade de se conhecerem todos muitos bem, e partilham do mesmo gosto em fazer mal aos bons, pois só assim é que podem continuar a praticar o mal e ganhar com isso dinheiro, prejudicando, conscientemente, o bem comum.

Em 1942, o meu avô iniciou a luta contra o regime salazarista, criando em Braga um núcleo de resistência e formação ideológica, conhecido em todo o território nacional pelos “Democratas de Braga”, do qual faziam parte Francisco Salgado Zenha, Armando Bacelar, Lino Lima, entre muitos outros, que tive a sorte de conhecer e que são hoje a memória viva da minha formação política.

Partilho esta história porque o meu avô filiou-se no PCP depois do 25 de Abril, Francisco Salgado Zenha foi um dos grandes políticos do PS, Armando Bacelar foi um dos fundadores do PS, e Lino Lima um grande parlamentar da Constituinte. Todos eles sem excepção foram grandes democratas e, apesar das diferentes visões e opções políticas, foram capazes de se unir e lutar para transformar o meu país, num Portugal democrático, mais justo e solidário. O país onde nasci em 1976 e que quero preservar hoje no essencial.

O desafio desta história é para que façam uma reflexão individual, não mediada por nenhum órgão de comunicação social, da situação complexa que todos hoje vivemos. Perante a crise económica dos EUA, a profunda desorientação política, económica e social da União Europeia e a crise de valores que vivemos dentro e fora de fronteiras, a pergunta que temos que colocar a cada um de nós é o que teremos que fazer para ultrapassar as dificuldades que o nosso país atravessa.

Nos últimos anos, salvo honrosas excepções, os líderes políticos têm agido no essencial da seguinte forma: quando um partido está na oposição, permite que quem está a governar cometa erros graves, faça más opções políticas e não decida muitas vezes em nome do interesse nacional.

A teoria é simples: como os resultados eleitorais serão resultado da avaliação que os portugueses fizerem dos resultados obtidos por cada Governo, a teoria do quanto pior melhor é a tese que vinga no manual dos políticos que querem ganhar eleições sem apresentar nenhuma alternativa credível.

Quero acreditar que esta teoria morreu nas últimas eleições legislativas, mas se ainda não morreu, temos a obrigação democrática de a liquidar em nome da defesa do nosso país e do futuro dos nossos filhos. Nos tempos de hoje o falhanço do Governo não é a sorte do maior partido da oposição, mas a desgraça de todos e a miséria de muitos milhares de portugueses.

É por isso que é justo afirmar hoje que a mudança de paradigma está a ser bem interpretada na acção política pelo nosso secretário-geral, pois está a realizar uma oposição responsável e a fazer política com seriedade, desbravando alternativas e caminhos diferentes dos que são propostos pelo Governo PSD/CDS.

No final da visita fiquei satisfeito com o meu filho Pedro. Percebeu na perfeição o que lhe transmiti e ficou a saber que a realidade nem sempre é aquilo que gostaríamos. E que para transformarmos essa realidade temos que ter a coragem de defender o que pensamos com todas as nossas forças, mas unidos a todos os que partilham os nossos objectivos e valores. Por favor, “não apaguem a memória”!

Este Orçamento faz mal à saúde

O Orçamento para 2012 é “de uma violência sem precedentes” e, por isso, “será inevitável a degradação do serviço público de saúde”, afirma a presidente da Comissão Parlamentar do PS da Saúde, Maria Antónia Almeida, que, em declarações ao “Acção Socialista”, conclui que o Orçamento é “muito negativo para a saúde”.

E isto porque, sublinha, “diminuiu o seu peso no conjunto das despesas do Estado, o que parece confirmar o receio dos que viam na actual liderança do PSD o projecto de destruir o SNS”.

Para Maria Antónia Almeida Santos, “este é claramente um Orçamento à margem do acordo da troika, que envolvia uma redução da despesa de 550 milhões de euros entre o SNS e os

subsistemas públicos, estimando-se em 370 milhões de euros o corte no SNS”, enquanto, frisa, “o Governo propõe agora cortar mais de 800 milhões só no SNS”.

Afirmando estarmos perante “uma opção de enorme insensibilidade social e humana”, a deputada socialista conclui que “o sistema de saúde de qualidade reconhecida

que Portugal tem ficará mais pobre”.

Maria Antónia Almeida Santos faz um diagnóstico muito crítico e arrasador das maleitas de que enferma o Orçamento para a saúde. Assim, refere que o “OE, naquilo que é conhecido, omite quaisquer referências ao desenvolvimento da reforma dos cuidados de saúde primários, ao programa de promoção oral, ao alargamento do programa nacional de vacinação e ainda com particular estranheza é a ausência de qualquer menção ao crescimento da Rede Nacional de cuidados continuados, sem a qual será impossível concretizar de modo justo qualquer programa de reorganização da rede hospitalar”.

A deputada do PS diz ainda que “o OE ignora ostensivamente componentes do acordo da troika, nomeadamente as que dizem respeito ao reforço das USF Unidades de Saúde Familiar de modelo B.” J. C. CASTELO BRANCO



EXTINÇÃO DO INSTITUTO DA TOXICODPENDÊNCIA É UM ENORME RISCO

A presidente da Comissão Parlamentar do PS da Saúde, Maria Antónia Almeida Santos, não tem dúvidas de que a extinção do Instituto da Toxicodpendência e os cortes previstos no Orçamento no combate à toxicodpendência, “são um enorme risco”.

E isto porque, explica, “a descentralização dos serviços afectará o funcionamento do tratamento, o aumento do tempo de espera para consultas, o acesso, serão seguramente, duramente afectados”.

Tratando-se de “população vulnerável, os consumidores e os ‘actores’ são doentes que se movem no mundo dos comportamentos aditivos, sofrerão consequências que já estavam, na maioria dos casos, arredadas da sociedade portuguesa”, afirma.

A deputada socialista lembra, a propósito, que “Portugal nesta área tem sido reconhecido por diversos países e até seguido como exemplo”. Por isso, diz, “espero que o meu receio não se concretize”. J. C. C. B.



SNS em perigo

Este Orçamento “pode paralisar o SNS, sem medidas efectivas tomadas em tempo útil de reorganização da prestação de cuidados e da rede pública”, alertou o deputado do PS António Serrano, acrescentando que o documento apresentado pelo Governo terá como consequência “o aumento das listas de espera para consultas da especialidade, o aumento das listas de espera para cirurgia e a redução do acesso dos portugueses aos cuidados de saúde”.

António Serrano, que falava durante o debate na especialidade da proposta de Orçamento de Estado para a Saúde, questionou o ministro Paulo Macedo sobre a dimensão dos cortes, que coloca o OE nesta área ao nível do ano de 2004, e qual o impacto das medidas a tomar e que supostamente permitirão uma redução de custos superior ao acordado com a troika.

Na sua intervenção, o coordenador da Comissão Parlamen-

tar de Saúde do PS afirmou que a proposta de Orçamento de 2012 “não ataca selectivamente as gorduras do Estado”, mantendo, nomeadamente, “estruturas administrativas sem qualquer contributo directo para a prestação de cuidados como sejam as ARS’s que consomem largas dezenas de milhões de euros sem contributo directo para a prestação de cuidados.

António Serrano apontou ain-

da que o OE prevê que as receitas das taxas moderadoras

CORTE 953 M€

é o valor do corte no Orçamento de Estado só para o Serviço Nacional de Saúde, o que representa mais 75% de corte face ao negociado com a troika

possam ultrapassar os 400 milhões de euros, quadruplicando o seu valor actual, “o que é uma brutalidade”. Tal facto, disse, “transforma a Direcção-Geral de Contribuições e Impostos (DGCI) em ‘cobrador do fraque’ das taxas moderadoras – passando por cima das administrações dos hospitais”. Neste quadro, perguntou: “A DGCI vai penhorar bens aos doentes que não paguem a taxa moderadora?”



X CONGRESSO DA CORRENTE SOCIALISTA DA CGTP

Seguro defende sindicalismo livre e sem tutelas

“O PS defende “um movimento sindical forte, livre e independente, sem correias de transmissão”, reafirmou António José Seguro no encerramento do X Congresso da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN, no dia 20 de Novembro, num hotel em Lisboa, onde acusou o Governo e os representantes da troika de não terem legitimidade democrática para cortar salários e insistiu na ideia que a solução para o país “não é empobrecer”, como quer a direita, mas sim “apostar no crescimento”.

No seu discurso, interrompido várias vezes pelas salvas de palmas das dezenas de delegados sindicais vindos de todos os pontos do país, Seguro realçou o “significado político” da vinda, pela primeira vez, de um secretário-geral do PS ao congresso da Corrente.

E reafirmou que está determinado a cumprir a promessa contida na moção aprovada no Congresso do PS de “instituir uma nova relação, mais profícua e mais frutuosa, com todos os sindicalistas socialistas”.

E fez questão de frisar que “um Partido Socialista tem de estar onde estão as trabalhadoras e os trabalhadores”.

António José Seguro voltou a insistir na tecla de que os socialistas lutarão “até ao fim”, para que “seja devolvido um salário e uma pensão aos portugueses”, durante o próximo ano.

Na sua intervenção, o líder do PS acusou o Governo de “excesso de precaução” na elaboração do Orçamento do Estado para 2012, de ter uma “perspectiva “perspectiva liberal, conservadora”.

Segundo Seguro, há “duas maneiras” de enfrentar os problemas com que o país se confronta,

a do Governo que “olha para a crise dizendo que a resposta é a austeridade e empobrecer é a solução”, enquanto para os socialistas “a solução está em apostar no crescimento e criar riqueza”.

Por outro lado, o líder do PS disse que “não podemos aceitar que ao nível mundial possam existir mercados sem regulação política. Todos os mercados precisam de ser regulados. Não é admissível a captura que os mercados fizeram da política”.

E reafirmou que é uma “exigência ética e moral” acabar com os paraísos fiscais, “abrigos para o dinheiro que é fruto da especulação”.

Seguro defendeu ainda novas políticas para a União Europeia, que “tem sido uma união mais monetária que económica”.

Injustiça é a marca do Governo

Já Carlos Trindade, reeleito para um novo mandato à frente da Corrente, afirmou que “são os trabalhadores, os reformados e os jovens os grandes sacrificados, os que pagam a factura, enquanto as grandes fortunas, o grande poder económico, não são convocados para ajudar a

combater a crise”. E considerou, a propósito, “uma pouca vergonha que Américo Amorim, o homem mais rico de Portugal, tenha tido o desplante de dizer que é trabalhador”.

Segundo o líder dos socialistas da CGTP, “a marca deste Governo, liderado por um neoliberal dos quatro costados como Passos Coelho, é a injustiça e a exclusão social”.

No entanto, apesar desta ofensiva neoliberal sem precedentes, Carlos Trindade disse que “está tudo em aberto, tudo depende da nossa luta, de não aceitarmos a inevitabilidade de que este é o caminho”. Por isso, disse, a greve geral “é um sinal político importante ao poder político e económico”.

Antes, o líder da Tendência Sindical Socialista e da UGT, João Proença, disse que é preciso “recusar a política do quero, posso e mando” e rejeitar uma política de “maximalismo dos sacrifícios, que afecta, sobretudo, os trabalhadores e os pensionistas e agrava a recessão”.

Para João Proença, “não é aceitável que haja uma agenda anti-sindical e ideológica de desregulação social e laboral”. • J. C. CASTELO BRANCO

“Bússola do rumo do partido, a moção ‘O Novo Ciclo’ reflecte a necessidade de mudar o funcionamento e a organização do PS”



GENTE QUE PENSA NO CENTRO DA ACÇÃO POLÍTICA

Paula Esteves

paula.esteves@msn.com

“Estar sempre de acordo consigo mesmo: não conheço melhor atestado de boa saúde”.

François Mitterrand

Esta citação de François Mitterrand pode, numa primeira leitura, induzir, no seu enunciado, um princípio de soberania e, até, vaidade, mas escolhi-a – não só para recordar um inspirador vulto socialista europeu – mas para, através dela, fazer a ponte entre as convicções de alguém, profundamente socialista e carismático, por um lado, com a reforma interna do nosso partido, por outro, cujo calendário, contando com os contributos dos militantes, se estenderá até ao primeiro trimestre do próximo ano.

Bússola do rumo do partido, a moção “O Novo Ciclo” reflecte a necessidade de mudar o funcionamento e a organização do PS, sob o lema maior de que, portugueses, em geral, e militantes, em particular, estão no centro da acção política.

O envolvimento dos militantes no quotidiano do partido pressupõe que se assuma um recomeço e uma inalienável e nova cultura de responsabilidade.

O Novo Ciclo quer “um partido aberto para dentro e para fora” e sublinha o respeito pelas pessoas, na sua diversidade e pluralidade. Formas antigas de encarar a militância, rotulagem prévia de camaradas são práticas em desuso. A limpeza dos cadernos eleitorais internos dará também uma boa ajuda.

Do resto, todos nós sabemos um pouco. Secções que não abrem, ou órgãos que não reúnem, como um camarada denunciava num recente plenário de militantes realizado no Porto, na presença do secretário-geral.

Haverá novos mecanismos que contribuirão para a mudança, desde a revisão do modo de financiamento das estruturas, ao facto de se abrirem os espaços, não só aos militantes, mas à sociedade. Tornar as sedes locais arejadas, onde faça sentido evocar a inicial citação de Mitterrand. O facto é que temos todos de pensar o partido pela nossa própria cabeça e esse exercício não faz de nós piores militantes. Ao contrário, como concluía Mitterrand “é o melhor atestado de boa saúde”.

E, independentemente das traves-mestras, em que venha a assentar um novo modelo de organização interna (inevitavelmente ligado à reforma do próprio território), a qualidade da militância passa pelo debate, tertúlias, palestras, formas de descobrir caminhos e atrair pessoas.

Passa por abrir, sem medo, numa época de desespero económico e social, as portas às ideias, aos eventos, podendo alguém trazer um amigo também!

E afirmar o PS como um grande e inovador partido democrático! Partilhar as ideias com camaradas, com os amigos que vierem. Utopia?

De todo! Mitterrand diria tratar-se de um “Atestado de boa saúde”! É bom evocar e reabilitar o grande socialismo europeu!



PS quer clareza sobre o plano de reestruturação dos transportes públicos

Se as medidas propostas pelo grupo de trabalho que está a estudar a mobilidade na área metropolitana de Lisboa fossem em frente afectariam mais de 150 mil utentes da Carris, Metropolitano e Transtejo.

Logo que começaram a vir a público as primeiras propostas e sugestões sobre o plano de reestruturação dos transportes públicos da área metropolitana de Lisboa, o PS exigiu que Governo esclarecesse os portugueses sobre a estratégia que iria escolher, evitando “constantes rumores ou falsos expedientes”. Para o deputado Rui Paulo Figueiredo, coordenador parlamentar do PS da área dos Transportes, o Governo tem avançado “com propostas desgarradas”, recordando que desde o primeiro minuto os socialistas mostraram o seu desacordo quanto às medidas que foram saindo a conta-gotas para a opinião pública. Perante a pressão do PS contra o que designou de “cortes cegos nos transportes públicos”, o Governo recuou com o ministro da Economia a admitir que fechar o metropolitano às 23 horas “não faz sentido em nenhuma capital europeia”, posição que o PS subscreve. Considerando como positivo que o ministro da Economia tenha vindo neste particular ao encontro da opinião do PS, o deputado alerta para a necessida-

de de reestruturação do sector de passar pelo envolvimento de todos os parceiros, desde sindicatos, partidos políticos e especialmente as autarquias.

Medidas irracionais

Também o secretário nacional João Ribeiro tinha já alertado para a necessária assumpção, por parte do Governo, de uma posição clara sobre esta problemática, advertindo que os utentes não podem continuar a ser confrontados com rumores ou medidas que classificou de “irracionais”.

Mostrou contudo disponibilidade do PS para dialogar com o Governo de forma a encontrar as soluções que contribuam adequadamente para a racionalização do sector dos transportes públicos.

Não deixou, no entanto, de mostrar a sua estranheza, numa altura em que o país se debate com um défice na sua balança energética, que o ministro da Economia esteja a empurrar milhares de portugueses para o transporte individual.

Se as sugestões dos estudos técnicos forem em frente, dis-

se ainda João Ribeiro, o país ficará confrontado com um erro ambiental, mas também económico e de mobilidade e um erro social, “fazendo o país regressar aos anos 80 e acentuando fenómenos de exclusão social e de periferia”.

PS discorda do fecho do Metro às 23 horas

Entre outras medidas, o grupo de trabalho aponta para o encerramento da circulação em toda a rede do metropolitano de Lisboa às 23 horas, e o fecho às 21 horas entre a estação do Colégio Militar e a Amadora e entre o Campo Grande e Odivelas, a suspensão de 23 carreiras da Carris, a redução da oferta em mais outras 23 e a interrupção de todo o serviço nocturno. A estas iniciativas junta-se ainda o encerramento total das ligações fluviais ao Porto Brandão, enquanto as ligações à Trafaria, Seixal e ao Montijo serão igualmente suprimidas aos fins-de-semana com uma redução geral dos restantes horários.

O grupo de trabalho aponta igualmente para uma redução

acentuada da oferta de comboios da CP, com especial incidência fora das horas de ponta, bem como a extinção dos passes sociais próprios da Carris e do metro.

“O PS está disponível para conversar de forma construtiva sobre o assunto”, garante, por outro lado, Rui Paulo Figueiredo,



“O GOVERNO NÃO PODE ESTAR A DEBITAR IDEIAS AVULSAS PARA A OPINIÃO PÚBLICA”

desafiando o Governo a assumir “de forma clara” as propostas em que se revê neste estudo e quais as eventuais alternativas que defende.

Não basta que o Governo avance, de forma avulsa, diz o eleito socialista, com algumas ideias sobre as quais “até podemos estar de acordo”, como seja, por exemplo, apostar na racionalização do

sector, em eventuais fusões, ou numa gestão integrada, é igualmente preciso que paralelamente este debate tenha em vista, não só o ponto de vista financeiro mas também a mobilidade.

Quanto a possíveis alternativas de financiamento do sistema público de transportes, o PS garante que está aberto a conver-

sar com o Governo. E que podem passar, entre outras, pela aplicação de uma taxa ambiental que ajude a financiar o sistema, pela absorção de uma parte do valor das portagens, “sem que elas sejam aumentadas” ou por uma percentagem da gasolina e do gásóleo vendidos nas bombas situadas na área metropolitana de Lisboa. • R.S.A.

Orçamento do Estado 2012

Há Outro Caminho!

O Partido Socialista defende uma forma mais justa de distribuir os sacrifícios pelos portugueses e aposta no crescimento económico e no emprego. Por isso apresentamos propostas alternativas que tenham em conta as pessoas, não as tratando apenas como números numa estatística. Cabe agora à maioria absoluta de direita optar entre a nossa proposta mais justa de distribuição de sacrifícios ou manter as suas propostas injustas. Cabe agora à maioria de direita optar entre um rumo de crescimento e de criação de emprego e o vazio de oportunidades para os portugueses.

1 Distribuição mais justa dos sacrifícios

Devolução de um subsídio aos trabalhadores da função pública e de uma pensão aos reformados.

MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO

- Aumento de 3,5% nas taxas liberatórias sobre juros e dividendos.
- Aumento em 5% sobre o IRS de montantes superiores a 500 000 euros.
- Assegurar efectiva tributação em Portugal dos dividendos distribuídos a empresas, incluindo as SGPS, sujeitas a tributação inferior noutras jurisdições fiscais.
- Margem no OE2012
50% das cativações previstas: **540M€**
Diferença nas compensações pagas à troika: **124 M€**
Redução na despesa com os juros: **200 M€**

OUTRAS MEDIDAS

- Recomendar ao Governo o aumento para 2 000 euros por ano do limiar mínimo de subsistência.
- As viaturas do Estado para uso pessoal passam a ser contabilizadas para efeitos de IRS.
- O vencimento e os abonos para despesas de representação para membros dos gabinetes ministeriais não podem ser superiores ao do respectivo membro do governo.
- Passa a ser proibido a acumulação das subvenções políticas com salários ou vencimentos.

2 Apoio ao crescimento da economia e ao emprego

Manutenção do IVA na restauração nos 13%, do IVA nas actividades culturais nos 6% e do IVA da alimentação infantil

MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO

- Margem no OE2012
Outras despesas não justificadas: **250M€**

Manter a aplicação da taxa de IRC de 12,5% aos lucros até 12 500 euros das empresas

MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO

- Aumento da sobretaxa sobre lucros acima dos 10 M€ para 7,5%

OUTRAS MEDIDAS

- Recomendar ao Governo a negociação com o Banco Europeu de Investimentos de uma linha de crédito às empresas, com prioridade ao sector exportador e à produção nacional de bens e serviços transaccionáveis, no montante mínimo de 5 mil milhões de euros.
- Obrigação de repatriar para Portugal os capitais não tributados colocados no exterior

3 Combate à evasão fiscal

Todos os talões de vendas e talões comprovativos de pagamento no multibanco devem poder ser apresentados à administração tributária e, dessa forma, ser integrados na contabilidade.

4 Contenção nas despesas do Estado

Todas as adjudicações de estudos, pareceres e outros serviços fora da administração pública deverão ser publicitados no sítio do Governo na Internet, mencionando a respectiva justificação e o respectivo montante a pagar pelo Estado.

OUTRAS MEDIDAS

- O Estado passa a concentrar a aquisição de licenças de software para toda a administração pública e a justificar a necessidade de adquirir licenças de software proprietário.
- Os Hospitais e os Centros de Saúde do SNS passam a emitir uma factura virtual dos serviços prestados a cada cidadão.

5 Transparência nas privatizações

O Governo deve elaborar um plano de prevenção de riscos da corrupção, do qual deve constar a identificação e caracterização exhaustiva dos riscos de corrupção associados à operação de reprivatização, em relação às estratégias de decisão, à consultadoria, à definição dos critérios de avaliação e de escolha da melhor proposta e dos riscos associados a conflitos de interesses durante e após cada processo de reprivatização.

6 Mais Autonomia, Mais Responsabilidade

Deve ser reposto o regime de autonomia das Universidades, no que respeita a contratação de docentes e investigadores suportada por receitas próprias.

OUTRAS MEDIDAS

- Sem qualquer impacto orçamental e sem pôr em causa as obrigações de reporte deve assegurar-se a manutenção do constitucional regime autónomico das Regiões.

Subscreva e divulgue.
www.ps.pt



Redução de salários não é saída para a crise

Despedimentos na Função Pública e redução de salários no sector privado não são a saída para a crise, reafirma o PS, que defende uma política alternativa assente na consolidação orçamental e medidas de estímulo ao crescimento económico.

Despedimentos na Função Pública e redução de salários no sector privado não são a saída para a crise, reafirma o PS, que defende uma política alternativa assente na consolidação orçamental e medidas de estímulo ao crescimento económico. Segundo o PS, o Governo liderado por quem queria ir além da troika, apresentou um Orçamento que não se limita às medidas necessárias para atingir as metas orçamentais mas que aproveita o pretexto para fazer um ataque aos funcionários públicos e aos reformados. O Governo atinge quem não se pode defender deste ataque ao rendimento em vez de progredir em medidas de verdadeira consolidação orçamental e corte nos desperdícios.

Margem orçamental

O PS afirma que a margem or-

çamental de 1421 milhões de euros que se encontra no Orçamento do Estado decorre das contas e dos pressupostos apresentados pelo Governo. É dito que o défice deste ano acaba por levar a um agravamento da necessidade de ajustamento em 2012 de 2,4 mil milhões de euros mas depois de analisado o Orçamento, é cerca de 1,5 mil milhões.

Para o PS, o Executivo de direita tem margem para aceitar as propostas do PS e nomeadamente para devolver um subsídio aos funcionários públicos e aos pensionistas, o que significa cerca de 1000 milhões de euros.

Defender os serviços públicos

O PS reafirma que não é pela redução de salários que sairemos da crise. É muito impor-

ante que se ataquem os problemas estruturais do país, que se apoie a competitividade das empresas e a exportação de produtos portugueses como via para o crescimento do emprego, que se analise a energia enquanto sector estratégico e fonte determinante da nossa dependência, que prossiga a aposta na educação e no investigação, que se invista na justiça e na simplificação de procedimentos, que volte a existir uma política de ordenamento do território e valorização dos recursos naturais, que a reabilitação urbana saia do papel e haja uma verdadeira política de solidariedade social.

O PS critica a estratégia de consolidação orçamental do Executivo de direita por ela ser feita, basicamente, à custa de cortes de salários e das pensões e

do aumento da carga fiscal sobre o consumo.

Neste sentido, o PS bate-se por uma política europeia que não permita ataques especulativos às dívidas soberanas e uma política de estímulo económico, ao invés da ortodoxia monetarista que não valoriza o emprego nem a economia.

Justiça na distribuição de sacrifícios

Na componente orçamental teria uma atenção especial pela justiça na distribuição de sacrifícios e tudo faria para que o esforço de ajustamento ao longo do tempo não ultrapasse o que é suportável pelos portugueses. O Orçamento é também um momento de opções políticas e o PS não cortaria os subsídios de férias e de Natal aos funcionários públicos e aos pensionistas como faz este

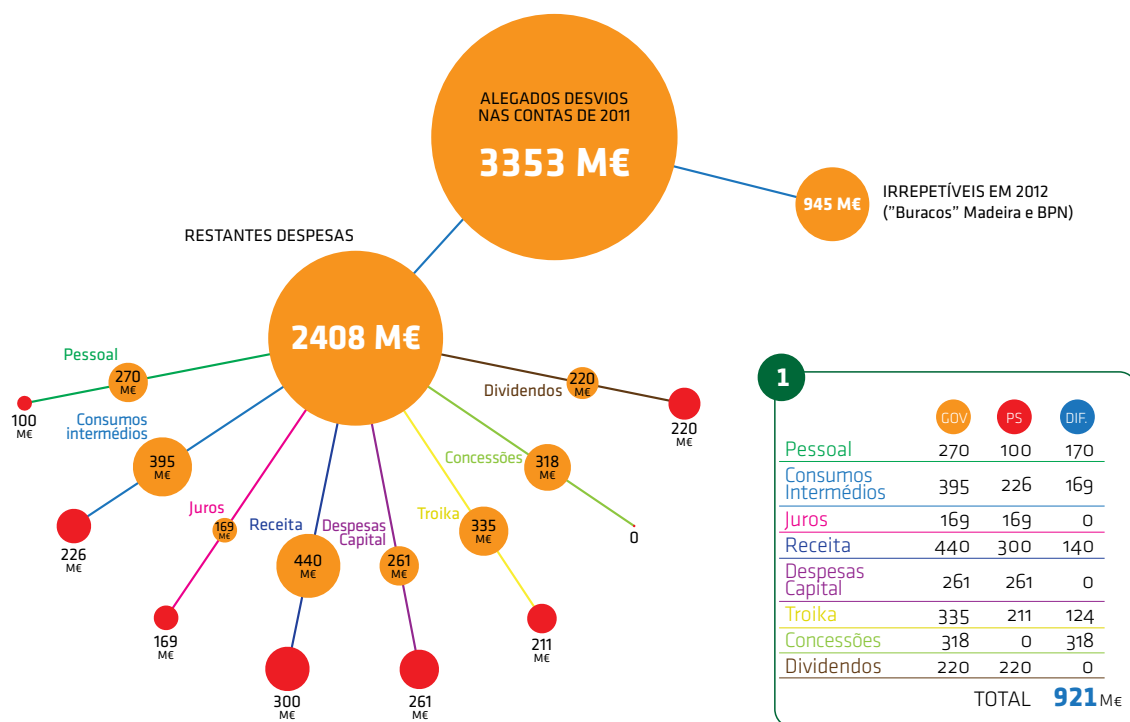
Governo, estaria a pugnar para que a banca não deixasse de financiar as PME exportadoras e em caso algum teria uma política de pôr trabalhadores contra trabalhadores.

Os socialistas sempre se mostraram responsáveis e fiéis aos seus princípios de sempre, lutando pela justiça social e procurando as soluções que contribuam para a coesão nacional. Um partido que aposta na concertação social e que tudo fará para alertar o Governo do erro gravíssimo em que está a incorrer nas suas soluções parciais, mal estudadas e de confrontação. Os portugueses sabem que podem contar com o PS para a construção de uma alternativa política que apele à participação, que defenda serviços públicos sustentados, que inove nas políticas e que acredite nas pessoas.

PS NÃO VIRA AS COSTAS AO PAÍS

Portugal precisa de resgatar a sua credibilidade além fronteiras, sair da crise e voltar a crescer. Vencer este triplo desafio é crucial e implica ter um OE cuja prioridade seja o cumprimento das obrigações internacionais.

2011: UM ORÇAMENTO SOBRESTIMADO



O OE para 2012 não é apenas um documento de despesa e receita para o próximo ano. Ele é, sobretudo, um instrumento vital para o processo de credibilidade internacional, atendendo ao Programa de Ajustamento Económico e Financeiro assinado em Maio.

O Memorando da Troika prevê uma série de ajustamentos orçamentais e o cumprimento dessas metas é essencial para a mobilização dos 78 mil milhões de euros de apoio às finanças nacionais.

De acordo com o PS, o mais importante para o Portugal é cumprir os seus compromissos internacionais de modo a ganhar a credibilidade para ultrapassar a actual crise, conseguir fundos para estimular a economia e o emprego e voltar a posicionar-se no radar de investidores internacionais.

Ora, a proposta de Orçamento de Estado para 2012 não serve estes designios e é, além de violenta, injusta.

O Executivo de direita alterou algumas medidas e estratégias, mantendo as metas orçamentais. Tais medidas adicionais (corte no subsídio de férias e de Natal da Administração Pública e das pensões, aumento do IVA em muitas categorias de produtos e restauração, forte redução deduções fiscais de despesas saúde e educação, corte das deduções fiscais para os dois escalões superiores de IRS, forte redução das deduções específicas dos pensionistas, aumento de meia hora na jornada laboral do sector privado, e limitação da autonomia das universidades) fazem do OE 2012 um documento de opção política que, em muitas matérias não contribui para solucionar os problemas de crescimento económico e do emprego e não obedece a uma distribuição equitativa dos sacrifícios.

A rota traçada pela direita na sua proposta de OE não é, pois, partilhada pelos socialistas.

Paradoxalmente, verifica-se que o Governo não executa o corte nos consumos intermédios a que se tinha comprometido e compensa nos salários da administração pública e nas pensões, multiplicando o efeito recessivo das medidas de austeridade.

Com a abstenção crítica na votação parlamentar, o Partido Socialista dá um sinal inequívoco de que o Executivo de direita tem condições para implementar o Memorando da Troika e, ao mesmo tempo, afirma à comunidade internacional que em Portugal há um consenso político alargado que viabilizará o cumprimento dos compromissos assumidos.

O PS assume-se assim como partido à altura das suas responsabilidades, sabendo que, em qualquer dos casos, o Orçamento de 2012 será muito duro, embora absolutamente essencial para preservar a credibilidade do país.

As propostas de alteração do PS tornarão claro que, mesmo nas actuais circunstâncias, é possível ter um orçamento com distribuição mais equitativa de sacrifícios e com uma estratégia de crescimento. · M.R.

2012: DESPESAS NÃO JUSTIFICADAS



2 AINDA QUE SE CONSIDERASSEM **50%** DESTAS DESPESAS, ESTARIAMOS A FALAR DE CERCA DE **500 M€**

POR **1** + **2** A MARGEM ORÇAMENTAL EXISTE E É DE **1421 M€!**

* **Cativação:** "...o Governo pode, no início da execução ou em qualquer momento no decurso do ano económico, efectuar cativações de determina das despesas. Aquelas correspondem a certas percentagens das dotações inscritas que são "congeladas" durante um certo período de tempo. A principal razão que explica esta opção, recorrente em todos os orçamentos, é aumentar a margem de manobra do Governo na medida em que cria, para aquelas despesas, um "segundo" limite mais baixo"; Manual de Economia e Finanças Públicas dos Profs Paulo Trigo Pereira, António Afonso, Manuela Arcanjo e José Carlos Gomes Santos.



SOCIALISTAS PORTUGUESES NO PE CONTRA AUSTERIDADE RECESSIVA DA DIREITA

À semelhança do que acontece no contexto nacional, também no Parlamento Europeu (PE) os deputados socialistas se batem por soluções justas e sustentáveis para fazer frente às medidas de austeridade com que a direita mergulha a Europa na recessão.

Face às graves consequências sociais provocadas pela crise económica e financeira e à inércia da maioria de direita que governa nos Estados-membros da União Europeia (UE), o Grupo Socialista em geral e a Delegação Portuguesa no PE em particular têm apelado a uma mudança de rumo.

Em declarações à Imprensa, a presidente da Delegação Portuguesa do Grupo dos Socialistas no Parlamento Europeu, Edite Estrela, defendeu que uma Europa mais forte, capaz de se defender e preservar da especulação financeira, precisa de "criar um mecanismo de gestão comum da dívida pública dos Estados através dos designados eurobonds" (títulos da dívida europeus). "Os eurobonds são um sinal muito importante. Permitem reduzir o custo global da dívida e proteger os países do euro contra eventuais ataques especulativos", referiu Edite Estrela, para quem "proteger e reforçar o euro passa também por uma harmonização fiscal, sem a qual não há moeda única que resista". Lembrando que o presidente Sarkozy, durante a Presidência Francesa da EU, falou de acabar com os "offshores", Edite Estrela lamentou e criticou que, a este respeito, nada tenha sido feito até agora.

E defendeu que, além desta medida, deve avançar-se o mais rapidamente possível com a criação de um imposto sobre as transacções financeiras.

"É também necessário introduzir objectivos de investimento público nos programas de reformas nacionais, excessivamente focados nas medidas de austeridade", disse, frisando de seguida que "a consolidação das contas públicas é vital, mas deve ser conjugada com políticas que fomentem o crescimento económico e o emprego."

"Austeridade e responsabilidade têm que rimar com solidariedade", vincou a presidente da Delegação Portuguesa, apontando que num contexto de crise económica as políticas sociais são muito importantes, "até porque o fosso entre ricos e pobres está a aumentar."

Finalmente, Edite Estrela disse ser "urgente" dotar o Orçamento comunitário de recursos adequados, correspondentes às ambições da UE.



Parlamento quer sobreiro como árvore nacional de Portugal

Por iniciativa do PS vai ser apresentado na Assembleia da República um projecto de resolução, a discutir na última sessão do próximo mês de Dezembro, que fará do sobreiro a árvore nacional de Portugal.

Uma acção que, embora de iniciativa do PS, foi subscrita por todos os partidos parlamentares, "o que é um sinal muito importante para a AR", como refere o deputado socialista Miguel Freitas, primeiro signatário do documento.

Ao ter avançado com esta proposta o Parlamento pretendeu atingir um duplo objectivo: por um lado dar visibilidade àquele que é o sistema agrário mais importante do país e que origina uma das maiores riquezas em que Portugal é líder mundial, a cortiça, e, por outro lado, contribuir de forma decisiva para aumentar a qualidade de uma das indústrias com maior peso económico, sobretudo na região sul do país, a pecuária, permitindo ainda a valorização de uma série de produtos silvestres, dando assim um contributo decisivo para biodiversidade.

Esta iniciativa, que fará do sobreiro a árvore nacional de Portugal, permitiu ainda, como sublinha o deputado do PS, que o parlamento português se tivesse associado ao Ano Internacional da Floresta instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas para 2011 possibilitando, deste modo, uma clara valorização da floresta nacional que ocupa mais de 40% do território, do qual o montado de sobreiro é a principal árvore, contribuindo para o sector exportador com mais de 6 mil milhões de euros de receita todos os anos.

Como recorda Miguel Freitas, ao associar-se ao Ano Internacional das Florestas a Assembleia da República quis que houvesse também uma dinamização da floresta portuguesa, tendo para o efeito criado uma Comissão Nacional que trabalhou junto das autarquias, associações florestais e de agentes espalhados pelo território nacional, permitindo assim dar uma maior visibilidade à floresta, de que a realização em Portugal do congresso mundial do sobreiro é disto um exemplo.

Os deputados portugueses ao

Portugal, isto pode ajudar a tornar mais visível alguns dos problemas associados à preservação desta espécie.

Também a Assembleia Geral das Nações Unidas ao celebrar 2011 como o ano "Internacional das Florestas", teve como objectivo chamar a atenção dos responsáveis dos vários países para a promoção e conservação das florestas em todo o mundo, alertando-os e sensibilizando também as populações para a importância vital e para o papel decisivo que estes habitats desempenham no



"O PS APOSTA NA VALORIZAÇÃO DA FLORESTA NACIONAL"

Entrevista completa em: www.youtube.com/psocialista

terem desencadeado este processo de atribuição ao sobreiro do estatuto simbólico de árvore de Portugal, quiseram também responder a uma petição pública promovida por diversas associações ligadas ao sector, onde se alertava designadamente, para a necessária preservação desta espécie e um olhar mais atento para a floresta portuguesa, princípios com os quais o deputado socialista Miguel Freitas concorda, não deixando contudo de sublinhar que ao se classificar o sobreiro como a árvore nacional de

desenvolvimento sustentável do planeta.

Em Portugal a floresta enfrenta diversos constrangimentos e estrangulamentos, nomeadamente a reduzida dimensão da maioria das propriedades florestais e a ausência de uma gestão sustentável que tem como principais consequências o baixo rendimento dos proprietários, o aumento do risco de incêndios florestais e o uso da floresta de uma forma e a um ritmo que poderá comprometer as suas funções. • R.S.A.

A água é um bem público não privatizável

O uso eficiente da água e a valorização dos serviços foram duas das propostas que o PS apresentou na legislatura passada.

Medidas que vêm aliás no seguimento das propostas apresentadas no "Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água", aprovado pelo Governo em 2005, e que apontam para o uso eficiente da água, nos eixos urbano, agrícola e industrial, assumindo que esta problemática representa um dos maiores desafios que a sociedade portuguesa enfrenta na perspectiva de valorização deste escasso recurso.

Um recurso, segundo os estudos, que aponta a agricultura responsável por 87% do consumo de água em Portugal, enquanto o abastecimento urbano às populações se situa nos 8% e a indústria em cerca de 5%. Números que comprovam, segundo o deputado Pedro Farmhouse, que não existe um aproveitamento eficaz de toda a água captada, residindo aqui "uma parcela importante associada à ineficiência no uso e nas perdas".

Como salienta Pedro Farmhouse, a água constitui um recurso natural essencial à vida, crucial na economia e no ambiente. Razões que levam o PS a considerar necessário apostar na eficiência hídrica, estimulando poupanças na ordem dos 200 milhões de euros, através de um melhor aproveitamento das infra-estruturas existentes, projectando edifícios e cidades, de forma a aproveitar a água da chuva, não para consumo humano, mas para usos que dispensem a utilização de água potável.

Água é um direito humano

O Governo veio anunciar a intenção de avançar com a privatização do grupo Águas de Portugal. O PS estranha este anún-

cio e lembra que se trata de um bem público, e, como tal, "não privatizável e não alienável" e que o acesso à água "constitui um direito humano reconhecido internacionalmente".

Embora sem se saber porquê, e em que medida, e não tendo até hoje apresentado qualquer modelo ou estratégia, o Governo, ao anunciar que quer avançar com a privatização do grupo Águas de Portugal, deixa ao PS as mais profundas reservas, porque se privatização quer significar que podem ser privados os sistemas de abastecimento e de saneamento, seja na gestão ou na sua titularidade, então os socialistas "manifesta-

num conjunto de 35 sistemas multimunicipais, "só seis apresentaram dificuldades de recuperação de custos".

PS quer fim de água engarrafada no Parlamento

O PS quer pelo menos que na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local apenas seja consumida água da torneira, medida de carácter simbólico que permitiria valorizar a qualidade de água da torneira e promover uma maior sustentabilidade ambiental.

O PS considera que o Parlamento deve dar o exemplo num país em que todos os anos são dei-



"NÃO EXISTE UM APROVEITAMENTO EFICAZ DA ÁGUA CAPTADA EM PORTUGAL"

Entrevista completa em: www.youtube.com/psocialista

vão sempre a sua oposição". O PS lembra que o grupo Águas de Portugal é o braço do Estado para a gestão dos serviços de águas e de saneamento, grupo que foi responsável por investimentos superiores a sete mil milhões de euros, o que permitiu que Portugal, desde 1993, passasse de níveis de atendimento de 81% para 94%, de níveis de qualidade da água de 50% para 98%, e, também, uma cobertura da população com saneamento de águas residuais, incluindo tratamento de 30% para 70%.

Quanto à alegada insustentabilidade do grupo Águas de Portugal, defendida pelo Governo, o PS diz que até hoje nada disto foi provado, recordando que

tadas no lixo milhares de toneladas de garrafas de plástico, contribuindo para diminuir a produção de resíduos.

Na Assembleia da República, só até 30 de Novembro de 2010, foram consumidas quase 46 mil garrafas de água de 0,33cl e duas mil de litro e meio, sendo que no edifício parlamentar existem ainda 36 máquinas dispensadoras de água mineral que consumiram até essa altura o equivalente a 930 garrafas, e mais de 78 mil copos de plástico. Um cenário que o PS quer alterar permitindo ao Parlamento reduzir a factura com garrafas de água dos actuais 9 mil euros ano para uns reduzidos 60 euros com o consumo de água da torneira. • R.S.A.



"O OE para 2012 conseguiu já a medalha de mérito duvidoso de levar a União Europeia a corrigir em baixa as previsões para a economia portuguesa apontando pela primeira vez uma recessão mais profunda do que a da Grécia"

O ORÇAMENTO DA RECESSÃO E DA INIQUIDADE



Eduardo Cabrita
ecabrita@psparlamento.pt

O Orçamento do Estado para 2012 é a manifestação deliberada das opções de política económica da nova direita apostada na destruição das políticas públicas de saúde e de educação, na afirmação da competitividade através do empobrecimento provocado pela violenta redução dos rendimentos do trabalho e do consumo interno e pelo chauvinismo social relativamente aos funcionários públicos e aos reformados.

O OE-2012 é da inteira responsabilidade do Governo que se tem mostrado insensível relativamente à manutenção do consenso político e da paz social que permitam realizar uma consolidação orçamental que dê esperança ao crescimento e que abra caminho à criação de emprego. A violência socialmente perigosa das opções orçamentais tem merecido a crítica viva do PS, a contestação dos parceiros sociais e os alertas de personalidades como Cavaco Silva, Manuela Ferreira Leite ou Rui Rio.

O PS, com o mesmo patriotismo com que negociou com a troika em Governo de gestão numa crise política provocada pela ânsia da direita e pela irresponsabilidade do PCP e do BE, tem denunciado as opções socialmente injustas e o cariz ferozmente recessivo do Orçamento apresentando propostas que representam esperança para as empresas e justiça para as famílias. Os sinais até agora dados pelo Governo mostram não estar à altura do desafio para a concertação feito pelo PS.

Enquanto se generaliza a consciência de que a crise da zona euro só será superada com uma coordenação de políticas à escala europeia, Passos Coelho insiste de forma suicidária em falar nos problemas dos países periféricos. O OE para 2012 conseguiu já a medalha de mérito duvidoso de levar a União Europeia a corrigir em baixa as previsões para a economia portuguesa apontando pela primeira vez uma recessão mais profunda do que a da Grécia.

O dever do PS como grande partido da esquerda democrática é de apresentar alternativas e tudo fazer para evitar o desastre económico anunciado.

“Não nos coibiremos de apresentar propostas sérias, com cabimento e credibilidade orçamental, que façam a diferença na vida das pessoas e na evolução da economia”

O PS HOJE, COMO ONTEM, DEFENDE PORTUGAL!



Jamila Madeira

jamilamadeira@ps.pt

O actual momento político é de máxima dificuldade para todos os portugueses. Os efeitos de uma muito grave crise financeira internacional conduziram o país para um momento particularmente duro em termos de austeridade. Agora, após o apoio financeiro da troika, todos temos que contribuir para recuperar a credibilidade do país e garantir que os esforços dos portugueses não sejam em vão! Para isso todos somos precisos. Assim, o PS não se demitiu de encontrar soluções para os problemas do país. O PS não aceita que o lema "quem paga, manda!" prevaleça como doutrina dominante, inviabilizando uma visão alternativa que permita cumprir e superar os problemas de endividamento e assegurar crescimento económico no nosso país.

Este não é o nosso orçamento! Por isso mesmo, em nome do interesse nacional, como partido responsável do arco da governação, preocupando-se com o país, o PS comprometeu-se com a solução e com quem ajudou Portugal num momento de dificuldade.

No entanto, isto também significa que temos soluções alternativas e que as apresentaremos num esforço permanente para minorar a austeridade.

De facto, em Outubro de 2010 todos pedimos responsabilidade ao maior partido da oposição aquando da votação do Orçamento de Estado 2011. Também no início deste ano pedimos responsabilidade aquando da votação do PEC IV. Hoje é crucial ter memória e, apesar do OE já estar viabilizado, o PS pretende ser parte da solução, por isso, não alimentará ataques à credibilidade do nosso país no exterior.

A opção pela abstenção é, naturalmente, uma posição difícil em termos mediáticos e implica riscos de impopularidade. No entanto, reconquistar a confiança dos portugueses em nome do interesse de Portugal é o caminho que o PS deve trilhar.

O momento exige que se coloquem as questões certas e que se clarifique o apelidado "desvio colossal". Não contem com o PS para dar provimento a esta afirmação, já demonstrámos que existe folga. Acreditamos que é possível aliviar os sacrifícios pedidos aos portugueses! Assim, não nos coibiremos de apresentar propostas sérias, com cabimento e credibilidade orçamental, que façam a diferença na vida das pessoas e na evolução da economia. Por isso, bater-nos-emos para que sejam repostos os princípios de equidade fiscal e garantir que a função redistributiva do Estado não seja posta em causa.

Esta postura é esclarecedora sobre as diferenças entre o PS como partido que pensa no país e nos portugueses e os demais partidos com assento parlamentar.

Navegar ao sabor do vento é interessante, mas não é certamente responsável.

Sabemos que a UE é crucial, sempre o dissemos, é mesmo indispensável para a solução.

Por isso mesmo, temos que dar sinais, em nome de um futuro colectivo, que a cada dia se afigura mais difícil, que somos um país credível. Em nome de Portugal, o PS abstem-se neste OE!

MARIA DE LURDES RUIVO, PRESIDENTE DO DFMS-PORTO

“Está em marcha o maior retrocesso em relação à igualdade de género”

A desigualdade de género é, para Maria de Lurdes Ruivo, uma pecha que permanece na nossa sociedade e que se vai acentuar com a actual governação. Tal facto, diz, justifica que o PS continue a dar força ao Departamento das Mulheres Socialistas. E afirma que é no mundo do trabalho que a discriminação entre homens e mulheres é mais gritante

Alguns camaradas, incluindo muitas mulheres, questionam a existência de um Departamento das Mulheres Socialistas. O que tem a dizer sobre estas posições?

Alguns interrogam-se sobre a utilidade do Departamento das Mulheres Socialistas, a nível nacional e distrital. Penso, de facto, que esta é uma oportunidade para, no futuro, iniciar uma discussão alargada. De facto, é uma questão e mesmo uma crítica que, com alguma frequência, vejo formulada, curiosamente até mais por vozes femininas do que masculinas.

Aos olhos franzidos e olhares dubitativos, respondo com alguns exemplos que nos devem fazer reflectir, como seja o desemprego, que afecta maioritariamente as mulheres, ou a pouca possibilidade de aceder a lugares de chefia e a cargos de maior responsabilidade.

Que iniciativas estão programadas, a curto prazo, pelo seu Departamento?

O Departamento tem várias acções programadas, em áreas que merecem um respeito profundo e sério, no sentido de contribuir para que o mundo possa reflectir, em prol de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Já este mês vamos organizar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres.

Será a oportunidade de centrarmos a nossa energia na luta contra todas as formas de violência com base no sexo – seja a violência doméstica, a violação, o assédio sexual, a tortura e o abuso infligidos a mulheres detidas, ou a violência sobre as mulheres em situação de conflito armado.

Qual a área que, na sua opinião, é mais gritante na dis-



criminação da mulher em relação ao homem?

A área mais gritante é ainda a discriminação das mulheres no sector laboral, quer no que diz respeito à progressão de carreira, quer no aspecto salarial. Apesar dos progressos importantes já conseguidos nesta área, a desigualdade em matéria de rendimentos e oportunidades e a persistência de discriminação no local de trabalho continuam a ser grande motivo de preocupação.

Que medidas preconiza de combate à discriminação laboral?

Está provado que as mulheres trabalham, em média, mais três horas por dia que os homens, em tarefas familiares, sendo, no conjunto de actividade profissional e vida familiar, as mulheres trabalham, comparativamente, mais duas horas por dia. Por isso, é necessário, também, que sejam estudadas medidas para apoiar e aliviar a sua sobrecarga de trabalho. Defendo a existência de um ór-

gão distrital do Ministério do Trabalho, uma comissão para a igualdade de género, que fiscalize os diferentes concursos públicos, recepcione e analise denúncias que venham a surgir. E também um novo modelo organizacional de cidades. Há, de facto, cidades que são expressão de múltiplas desigualdades e diferenças de classes, géneros e gerações.

Quais os principais entraves que se põem, na prática, para que a igualdade de género seja uma realidade?

A discriminação, os estereótipos educativos, a segregação no mercado de trabalho, a precariedade das condições de emprego, o trabalho a tempo parcial involuntário e a partilha desequilibrada de responsabilidades familiares com os homens afectam as escolhas de vida e a independência económica de muitas mulheres.

No entanto, o maior entrave que se coloca à igualdade de género é ainda a forma como nós mesmas nos olhamos, enquanto



PES organiza grande convenção progressista

Antecipando importantes mudanças a terem lugar nos grandes países da União Europeia (França 2012, Alemanha 2013), o Partido dos Socialistas Europeus (PES) organiza, de 24 a 26 de Novembro, uma grande Convenção em Bruxelas.

O PES classifica este evento como “a maior concentração de progressistas europeus de sempre”, sublinhando que ela se realizará no Centro de Conferências “Le Square”, no coração histórico de Bruxelas, e será totalmente inclusiva, conforme adiantou o presidente do PES, Paul Rasmussen.

Segundo Rasmussen, que após a Convenção deixará a presidência do PES, os recentes desenvolvimentos à escala global, a crise económica e financeira, as mudanças operadas no mundo árabe e os movimentos de ocupação são sinais demonstrativos de que os cidadãos estão ansiosos para participar e ser tidos em conta.

Nesta óptica, o PES optou por uma organização diferente, à altura dos desafios do século XXI, voltada para o exterior, participativa e com base aberta, inclusiva e amigável.

Além da possibilidade de participação on-line, a Convenção englobará a realização de mais de 50 workshops e debates no âmbito dos quais serão abordados temas tão diversos como a crise económica, a primavera árabe, a liberdade de Imprensa e os direitos dos homossexuais.

A grande Convenção Progressista do PES também pretende inspirar-se nas esferas cultural e académica. Assim, estão previstas projecções de filmes, cafés literários, livrarias, exposições e concertos.

Com a presente Convenção, os socialistas esperam abrir o caminho para uma nova Declaração de Princípios, no sentido de uma economia justa, igualdade de oportunidades, um mundo justo e uma democracia activa.

Uma ampla gama de organizações, incluindo ONG's e sindicatos, bem como entidades que trabalham para o desenvolvimento e para a protecção do meio ambiente, terá, pois, a oportunidade de apresentar as suas ideias e iniciativas.

A Convenção do PES será igualmente uma ocasião única de partilhar pontos de vista, trocar ideias, sugerir, propor, falar e ouvir, conhecer outros progressistas, para inspirar e se inspirar.

Os socialistas europeus também pretendem dar início ao processo que levará à escolha de um candidato comum para liderar a próxima Comissão Europeia. O candidato deve ser escolhido no Outono de 2013, antes das eleições europeias de Junho de 2014.

Após esta magna Convenção, o PES projecta apresentar uma resolução com propostas concretas para resolver “a pior crise económica que a UE já conheceu”. • M.R.



Brussels, 25-26 November 2011

participantes activas na sociedade, na política e no mundo. Enquanto consentirmos que nos sejam estabelecidas quotas para determinados lugares estamos a pactuar com uma inadmissível desigualdade.

O que espera deste Governo de direita em relação à promoção de políticas de igualdade? Acha que também neste domínio vai assistir-se a um retrocesso?

É claro que vai haver um enorme retrocesso, visto que a independência económica é uma condição essencial para que homens e mulheres possam determinar a sua própria vida e tenham verdadeiras possibilidades de escolha. Poder ganhar a sua vida é o melhor meio para atingir a igualdade.

Na medida em que a recessão económica a que se assiste e os ataques violentos à classe média que vêm a ser cometidos, diariamente, atingem de imediato, de forma violenta e numa primeira fase, as mulheres, mediante despedimentos e restrições à contratação. É, pois, de fácil entendimento que este Governo irá levar a cabo o maior retrocesso alguma vez visto pós-25 de Abril, em relação à igualdade de género. Que, aliás, já está em marcha.

O que espera deste novo ciclo do PS, nomeadamente no que respeita à participação das mulheres socialistas na vida e tomada de decisões no partido?

Espero que nos facultem uma representação, não apenas por quotas, mas por mérito, que entendam a nossa posição/participação como uma mais-valia imprescindível num mundo em mudança.

Espero que, no Laboratório de Ideias, seja criado um grupo de análise que tenha em conta esta matéria, bem como a forma de intervenção das mulheres de diferentes culturas, saberes, tradições e religiões nesta globalização com que nos deparamos.

“Com o pretexto de que a troika e a situação económica e financeira do país exigem grandes sacrifícios, este Governo de direita, em vez de dinamizar a actividade económica para criar emprego e evitar os dramas sociais associados ao desemprego, fomenta a precariedade das relações laborais”



DIREITA QUER “AJUSTAR CONTAS” COM TRABALHADORES

Artur Penedos

artur-penedos@gmail.com

Provocar a instabilidade social e laboral é o caminho escolhido pelo Governo de Passos e Portas para, finalmente, realizarem o ajuste de “contas” com os trabalhadores portugueses, a quem não perdoam as conquistas alcançadas com a Revolução de Abril.

O memorando subscrito pelo Governo de José Sócrates com a troika (fomentado por PSD e CDS-PP com o chumbo do PEC IV), em matéria de legislação laboral, assenta no Acordo de Concertação Social, celebrado em Março passado.

Como repetidamente tenho afirmado, nos compromissos assumidos com os parceiros internacionais ninguém encontra o corte do subsídio de férias e de Natal; a redução do tempo e valor do subsídio de desemprego para os actuais desempregados; a aplicação do novo modelo de indemnizações nos contratos de trabalho celebrados antes da recente alteração à Lei; o aumento do horário de trabalho e a sua gestão arbitrária; a ideia de acabar com mapas de horários de trabalho; a eliminação do actual conceito de justa causa nos despedimentos individuais e, mais recentemente, a redução do período de férias.

A direita portuguesa sempre ansiou por esta ocasião. O momento do ajuste de contas - já tentado na reforma de 2002 e que, é bom recordar, deu origem ao Código do Trabalho - parece ter chegado. Na altura, diziam: “As leis laborais não são nenhuma ‘vacina sagrada’”.

Agora, com o pretexto de que a troika e a situação económica e financeira do país exigem grandes sacrifícios, este Governo de direita, em vez de dinamizar a actividade económica para criar emprego e evitar os dramas sociais associados ao desemprego, fomenta a precariedade das relações laborais.

Um Orçamento que só acrescenta recessão à recessão (tido por alguns como o mais iníquo e desproporcionado de todos os tempos) e afirmações complementares de Passos Coelho, de que “é preciso empobrecer o país e os portugueses para resolver a crise”(!), só podem conduzir à destruição do equilíbrio que a legislação laboral assegura aos trabalhadores.

É o “terrorismo social” ao seu melhor nível.

A verdade, por mais que custe a Passos Coelho, é que quando ele quis derrubar o Governo de Sócrates, os culpados pela situação em que o país se encontrava, eram o Governo e o primeiro-ministro.

Agora que chegou, como ele próprio disse, “ao pote”, a culpa da crise é internacional e a forma de a controlar passa pela fragilização das relações de trabalho. Haja decoro.

“O PS sabe do que fala. Foi nos governos socialistas que mais acordos foram possíveis concretizar. Não foi por acaso. O Partido Socialista sempre defendeu a concertação e praticou-a”

CONCERTAÇÃO SOCIAL – UM OBJECTIVO PERDIDO



Miguel Laranjeiro

miguellaranjeiro@ps.pt

Já muito se disse sobre o actual ministro da Economia e do Emprego. Não está naturalmente em causa a pessoa do dr. Álvaro Santos Pereira, mas a incapacidade ou a inabilidade para gerir um mega ministério com consequências graves para Portugal. Hoje é evidente que a tentação de criar um Governo mais reduzido, para ficar bem na opinião pública, esbarrou com a realidade que se suplantou. Ao querer um Governo mais pequeno, o primeiro-ministro criou um grande problema a Portugal.

Um dos aspectos mais graves tem sido a Concertação Social. Quando o caminho dos países é estreito, é quando deve prevalecer o maior consenso social possível. Ora, o Governo PSD/CDS não tem feito a sua parte no diálogo tripartido. Basta ouvir os parceiros sociais para perceber o impasse que foi criado na Comissão Permanente da Concertação Social (CPCS), com atrasos e adiamentos sucessivos. Qualquer proposta ou decisão é sempre adiada para a semana seguinte. A paciência dos parceiros está a esgotar-se e quem perde com esta desorientação são sempre os trabalhadores portugueses e os pequenos e médios empresários. O primeiro-ministro no primeiro encontro que teve com a CPCS disse publicamente que queria um relacionamento estreito e profícuo com todos os parceiros. Até podia pensar isso, mas a prática do seu Governo vai toda em sentido contrário. Uma total desorientação social.

O PS sabe do que fala. Foi nos governos socialistas que mais acordos foram possíveis concretizar. Não foi por acaso. O Partido Socialista sempre defendeu a concertação e praticou-a.

Foi o actual ministro da Economia que escreveu um dia (e reafirmou), que “esta crise é o melhor que nos poderia ter acontecido”. Pois será, mas não para aqueles que vivem do seu trabalho ou das pensões, nem para os milhares de desempregados.

Também foi este membro do Governo que no Parlamento afirmou que o ensino profissional ia regressar a Portugal. Quem regressou ao nosso país não foi certamente o ensino profissional. Esse existe para mais de 50% dos jovens do secundário.

Por fim, dois secretários de Estado – o do Emprego e o da Juventude –, que no momento em que o desemprego jovem atinge os 30%, defenderam que a única solução é a emigração. Incrível. A experiência no estrangeiro é importante e até útil para a capacidade futura dos mais jovens. O problema é dar a emigração como a única solução para os jovens. Trata-se de uma mensagem completamente errada e sem esperança.

É neste quadro que se move o Governo. Sem estratégia para o combate ao desemprego, sem soluções na Concertação Social, sem uma visão de esperança para os jovens portugueses.



Reforma da Administração Local

“Clarificação de funções, verdade eleitoral e transparência serão os princípios orientadores da nossa proposta.

A reorganização administrativa do Estado deveria ser consequência do debate sobre as funções do Estado moderno, estratega, regulador e solidário.

As populações locais devem ser previamente auscultadas e participar activamente nesse processo.

A manutenção da identidade e a introdução de maior racionalidade constituirá um equilíbrio desejável.”

António José Seguro

Secretário-geral do Partido Socialista, no XVIII Congresso Nacional, em Braga

A Reforma da Administração Local, que agora se (re)inicia, é uma reforma necessária, que o Partido Socialista há muito defende.

Esta reforma não acontece por diabolizarmos o Poder Local Autárquico, já que foi com ele que se concretizou o progresso e o desenvolvimento do país, mas porque, em face das novas realidades e dos novos desafios que as nossas autarquias enfrentam, impera a necessidade de rever os seus meios e competências, permitindo uma melhor resposta às necessidades dos cidadãos.

Trinta anos de Poder Local permitiram concluir a fase das infraestruturas, impondo-se, neste momento, a revisão das suas atribuições, das suas competências e o seu modo de funcionamento.

Como fio condutor, entendemos ser fundamental uma nova Lei Eleitoral Autárquica, na senda, aliás, do desafio feito em Junho pelo Secretário-Geral do Partido Socialista ao PSD. Entendemos ser este o ponto

de partida pois é a forma de garantir que a transparência na governação pública e a qualificação das pessoas e dos territórios presidem a esta reforma. Queremos um modelo mais transparente e coerente, pelo que só depois de definida a composição dos diferentes órgãos autárquicos fará sentido a revisão das novas atribuições, competências e correspondentes meios financeiros, bem como um novo quadro de ordenamento para o território.

Infelizmente, não só continuam por reunir as condições necessárias para se avançar para a regionalização do país, como, também, estamos hoje colocados perante a necessidade de reduzir o número de autarquias. Sobre esta matéria, o Partido Socialista tem uma posição clara: somos contra a extinção de municípios, por razões culturais e de identidade e porque a sua extinção vai contrariar o sentido de pertença. Quanto às freguesias rurais defendemos a sua continuidade (podendo estas agregar-se,

caso seja sua intenção). É necessário ter presente que, em muitas zonas do território as freguesias são o último reduto da presença do estado e a única ligação das populações com a Administração. É saudável uma agregação de freguesias existentes no meio urbano.

A Covilhã e Lisboa são bons exemplos de como se pode processar a reforma do mapa das freguesias, porquanto têm presente a opinião dos cidadãos, e porque são a prova de que é possível encontrar soluções de racionalidade, procedendo à eliminação da duplicação de estruturas administrativas.

Sobre o Documento Verde, importa referir que o Partido Socialista não aceitará uma reorganização administrativa, desenhada nos gabinetes do Terreiro do Paço e imposta às populações. Aliás, este é apenas um documento técnico, assente em critérios vagos e imprecisos, que interferem com a autonomia do Poder Local, constitucionalmente consagrada.

O Governo recua!

Depois do secretário de Estado da Administração Pública, Hélder Rosalino, ter garantido que o Governo estava a preparar uma revisão das tabelas salariais do sector público até ao final de 2012, medida que, acrescentou, decorria no âmbito de uma revisão do memorando de entendimento acordado entre o Governo e a troika, e na sequência da forte oposição manifestada pelo Partido Socialista, o ministro das Finanças, Vítor Gaspar, veio já desmentir esta afirmação, garantindo que o Governo “não tem qualquer plano para modificar as tabelas remuneratórias da função pública”, e que, portanto, não haverá em 2012 “qualquer revisão dos escalões salariais na função pública”.
 Recorde-se que o secretário-



-geral do PS tem exigido transparência no processo de privatizações e uma avaliação rigorosa do momento e das condições de mercado para as efectuar, pois o memorando “não obriga a vender ao desbarato”. O Governo tem ignorado. Agora, depois de ter garantido que a privatização da REN – Redes Eléctricas Nacionais poderia decorrer ainda este ano, o Governo arrependeu-se e deu o dito por não dito!

Por sua vez, a secretária de Estado do Tesouro, Maria Luís Albuquerque, veio afirmar que a decisão será adiada, “atendendo ao carácter estratégico da REN”, pelo que a venda em bolsa de parte dos 51% da participação do Estado já não terá lugar, aguardando o Executivo por dias melhores ou para “quando as condições de mercado permitirem”.



O POEMA DA VIDA DE...

CATARINA MARCELINO

Cântico Negro de José Régio

“Vem por aqui” — dizem-me alguns com os olhos doces
 Estendendo-me os braços, e seguros
 De que seria bom que eu os ouvisse
 Quando me dizem: “vem por aqui!”
 Eu olho-os com olhos lassos,
 (Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)
 E cruzo os braços,
 E nunca vou por ali...
 A minha glória é esta:
 Criar desumanidades!
 Não acompanhar ninguém.
 — Que eu vivo com o mesmo sem-vontade
 Com que rasguei o ventre à minha mãe
 Não, não vou por aí! Só vou por onde
 Me levam meus próprios passos...
 Se ao que busco saber nenhum de vós responde
 Por que me repetis: “vem por aqui!”?

Prefiro escorregar nos becos lamacentos,
 Redemoinhar aos ventos,
 Como farrapos, arrastar os pés sangrentos,
 A ir por aí...
 Se vim ao mundo, foi
 Só para desflorar florestas virgens,
 E desenhar meus próprios pés na areia
 inexplorada!
 O mais que faço não vale nada.

Como, pois, sereis vós
 Que me dareis impulsos, ferramentas e
 coragem
 Para eu derrubar os meus obstáculos?...
 Corre, nas vossas veias, sangue velho dos
 avós,
 E vós amais o que é fácil!
 Eu amo o Longe e a Miragem,
 Amo os abismos, as torrentes, os desertos...
 Ide! Tendes estradas,
 Tendes jardins, tendes canteiros,
 Tendes pátria, tendes tetos,
 E tendes regras, e tratados, e filósofos, e
 sábios...
 Eu tenho a minha Loucura!
 Levanto-a, como um facho, a arder na noite
 escura,
 E sinto espuma, e sangue, e cânticos nos
 lábios...
 Deus e o Diabo é que guiam, mais ninguém!
 Todos tiveram pai, todos tiveram mãe;
 Mas eu, que nunca principio nem acabo,
 Nasci do amor que há entre Deus e o Diabo.

Ah, que ninguém me dê piedosas intenções,
 Ninguém me peça definições!
 Ninguém me diga: “vem por aqui!”
 A minha vida é um vendaval que se soltou,
 É uma onda que se alevantou,
 É um átomo a mais que se animou...
 Não sei por onde vou,
 Não sei para onde vou
 Sei que não vou por aí!

LEITURAS



O RETORNO DO JOVEM PRÍNCIPE

Alejandro Guillermo Roemmers (Argentina)
 Ed. Fontanar

Inspirado no clássico de Saint-Exupéry, o livro de AG Roemmers é uma fábula sobre a volta à Terra do Pequeno Príncipe, já adolescente.

Roemmers retoma nesta obra discussões éticas sobre a experiência humana e aborda temas ainda cruciais à humanidade, como guerras, crises económicas, fome e consumismo.

Com visão humanista e espiritual sobre o mundo, os seus habitantes e os valores básicos que os sustentam, o poeta argentino faz um tributo subtil ao personagem que há décadas encanta gerações com o aval da Fundação Antoine de Saint-Exupéry, na França.



O APOCALIPSE DOS TRABALHADORES

Valter Hugo Mãe; Ed. Alfaguara

Passado na recôndita Bragança, este livro é um elogio à força dos que sobrevivem, dos que trabalham no limiar da dignidade e, ainda assim, descobrem caminhos menos óbvios para a felicidade.

É um romance sobre a força do amor e como ela se impõe como uma espécie de inteligência para salvar as personagens das suas condições de desfavor social e laboral.

O livro conta a história de Maria da Graça e de Quitéria, duas mulheres-a-dias e carpideiras profissionais que, a braços com desilusões e desconfianças várias acerca dos homens, acabam por cair de amores e, com isso, mudar radicalmente o que pensam e esperam da vida.



SABOR DE MABOQUE

Dulce Braga; Ed. Dinalivro

Dois meses após a Revolução dos Cravos, uma jovem nascida e criada em Angola passa, como de costume, as férias grandes na metrópole, desta feita, num clima de grande rebuliço, antevisão do que seria a sua existência dali em diante.

Ao regressar à ainda colónia portuguesa em África, as sementes da futura guerra civil fazem-na temer pelo primeiro amor, pelos amigos, pela família e pela sua situação socioeconómica confortável.

Um pouco antes da independência de Angola, a angústia condu-la ao Brasil, país em que decide esquecer a infância e a adolescência para não ter de enfrentar as cicatrizes do passado.

Trinta anos depois, porém, a árvore da vida exige-lhe um resgate das suas raízes.

Diário de uma luta pela sobrevivência, a saga de Dulce Braga entrelaça o dramatismo das experiências vividas com episódios pitorescos e anedóticos, conferindo à narrativa um sabor agridoce único, um sabor de maboque.



AS VELAS ARDEM ATÉ AO FIM

Sándor Márai; Ed. Dom Quixote

Dois grandes amigos, que se descrevem como dois irmãos gémeos, reencontram-se ao fim de 41 anos e 43 dias.

O livro retrata essa amizade como o sentimento mais forte que todos os outros.

O reencontro é fundamental para ambos, que sentem que irão morrer em breve e que se mantiveram vivos justamente para este dia.

Entre os dois está o fantasma de Krisztina, casada com um, mas que partilhava com o outro a sensibilidade e o gosto pela música, como se esse gosto os distanciasse dos outros ou os tornasse únicos.

Separados por mais de quatro décadas, os dois amigos retomam a conversa como se o tempo não tivesse passado e falam do segredo que sempre os manteve unidos.

“O combate travado pelo PS na discussão do Orçamento centrou-se em duas dimensões-chave: a dinamização da economia, o crescimento e o emprego e a equidade na distribuição dos sacrifícios”

UM ORÇAMENTO IDEOLÓGICO



Carlos Zorrinho

czorrinho@ps.parlamento.pt

O Partido Socialista decidiu abster-se na votação do Orçamento do Estado para 2012, não pelo conteúdo deste documento (que mereceria um rotundo não), mas porque esse sinal é fundamental para defender o país no contexto do Plano de Assistência Financeira em que estamos envolvidos, tendo ainda em conta a crise financeira que grassa por toda a Europa.

O Orçamento de Estado para 2012 é um mau exercício. O Partido Socialista fez propostas responsáveis para minorar os seus impactos mais negativos, garantindo sempre a neutralidade do proposto em relação ao objectivo final do défice. O Governo demonstrou um grande enquistamento na análise dessas propostas, com particular teimosia na penalização dos funcionários públicos e dos pensionistas.

O PS não poderia ficar nem ficou no entanto associado a este Orçamento. Fica apenas associado às alterações que conseguir nele introduzir e que no momento em que escrevo este texto ainda não estão definidas. Este é um Orçamento da exclusiva responsabilidade da maioria PSD/CDS e é um Orçamento fortemente ideológico.

O combate travado pelo PS na discussão do Orçamento centrou-se em duas dimensões-chave: a dinamização da economia, o crescimento e o emprego e a equidade na distribuição dos sacrifícios. Embora um debate orçamental pareça muitas vezes um debate sobre números, este debate foi muito para além disso. Na economia, o Governo acredita na competitividade pelo empobrecimento, enquanto o PS defende a competitividade pelo aumento da produtividade através da qualificação do território, das empresas e das pessoas. Na equidade, o Governo defende a destruição do Estado, enquanto nós queremos um Estado ágil, eficiente, moderno e eficaz.

A Europa está a mudar a uma velocidade vertiginosa. Por mais tecnocracia que seja chamada a responder à crise a síntese final dependerá das ideias e da política. O combate que travámos no Orçamento foi também um combate ideológico. Um combate que não está ganho mas em que nos posicionámos para poder vencer.

TRÊS PERGUNTAS A ANTÓNIO SERRANO

O Produto Interno Bruto (PIB) português contraiu-se em 1,7% no terceiro trimestre deste ano ao passo que, na Zona Euro, cresceu 1,4%. O Orçamento de Estado para 2012 é a solução para voltar à convergência?

Em matéria de opções discordamos do PSD/CDS. Trata-se de um Orçamento injusto e desigual, divide os portugueses porque pede mais sacrifícios a uns do que a outros. Beneficia os que mais ganham e os rendimentos de capital. Ataca os funcionários públicos e os pensionistas. Em contrapartida, não apresenta uma única linha, uma só proposta sobre política económica, medidas orientadas para o crescimento. Por esta razão, o OE para 2012 é fortemente contraccionista e não permitirá a necessária recuperação económica através da qual seria possível criar emprego.

O que o preocupa mais na actual situação da União Europeia?

O que me preocupa mais é a incapacidade total das instituições europeias para antecipar medidas para fazer face à crise das dívidas soberanas. Esta crise não é apenas dos países do Sul. O excesso de dívida é um problema da maioria dos países, incluindo a França e a Alemanha.

O problema é que a sua miopia e mediocridade



política causarão estragos na sua própria economia doméstica.

O que pensa do fim da crise em Portugal decretado pelo ministro da Economia numa altura em que o Governo prevê cortar nos salários e nos subsídios dos trabalhadores?

O ministro da Economia não existe, tal como não existe a ministra da Agricultura e múltiplos assuntos afins.

No caso da economia, o problema agudiza-se com a falta de tacto e senso político. Uma tendência para afirmar disparates.

Ninguém pode prever com objectividade nem o fim da crise nem o princípio do fim da mesma, pois a situação ainda vai degradar-se antes de poder melhorar.

FOTOGRAFIAS COM HISTÓRIA



CONVENÇÃO DA ESQUERDA DEMOCRÁTICA

Dezembro de 1986

Sob a liderança de Vítor Constâncio, o PS organizava em Dezembro de 1986 a Convenção da Esquerda Democrática, no então Cinema Império, com centenas de participantes das mais diversas áreas da sociedade civil. Esta iniciativa precursora dos Estados Gerais e das Novas Fronteiras ao nível da abertura do partido à sociedade civil visava, segundo a Comissão Promotora, “dar um contributo para a renovação socialista e para a renovação da esquerda”.